

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL, DEMOCRACIA TERRITORIAL E INCLUSÃO “RELATIVA” NO BRASIL – 2005/2010 *

Ralfo Matos** e Carlos Lobo***

RESUMO

Esse trabalho apresenta considerações e evidências sobre a inclusão de populações de estrangeiros em espaços metropolitanos brasileiros, particularizando os imigrantes latinoamericanos. Parte-se do suposto que a alteridade seja um indicador de “democracia territorial”, porque implica aceitação de pessoas de culturas e hábitos diferentes das áreas de destino, o que inclui lógicas extra-econômicas, quiçá associados a um ecumenismo regional ou supraregional. No Brasil, o censo demográfico de 2010, com base nos dados de migração, permite identificar níveis de tolerância étnica “relativa” com respeito ao estrangeiro, como já apontara Mehta para a cidade de Nova York. São Paulo e Rio de Janeiro, em decorrência de suas histórias e do grande tamanho econômico e populacional, abrigam notável diversidade de nacionalidades na migração internacional. Ainda que exista uma elevada variação nos níveis de renda e no tipo de ocupação dos migrantes, o fator proximidade e expansão das relações nos blocos regionais da América do Sul explicam a grande profusão de imigrantes do continente, a despeito de sua inserção em atividades econômicas de baixa renda no mercado de trabalho formal e informal.

Palavras-Chave: Migração, Democracia Territorial, Tolerância Étnica

* Trabalho apresentado no *V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población*, Montevideo, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012

** Doutor em Demografia. Professor Associado do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – Minas Gerais. E-mail: ralfo@ufmg.br.

*** Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – Minas Gerais. E-mail: cfflobo@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Igualdade perante a justiça, aceitação dos diferentes, pluralismo e respeito às opções individuais são preceitos republicanos que se fundiram ao ideário de governo democrático em que os poderes e autonomia do Executivo, Judiciário e Legislativo são preceitos básicos, ao lado de eleições livres e sem a interferência do Estado ou da Igreja. A garantia da vontade popular em governos laicos soma-se à liberdade de expressão.

Todavia, a democracia pode assumir outros aspectos da vida social a civilidade. Alguns desses aspectos podem nos levar aos princípios elaborados pelos antigos gregos em suas cidades-Estados, onde a comunhão dos diferentes era tolerada e mediada por regras de convivência intramuros. As cidades eram o território por excelência das primeiras experiências de resolução de conflitos por meio do debate, assembleias e leis escritas. Com surgimento de grandes estados imperiais e mais tarde dos estados nacionais, a noção de democracia incorporou outras acepções mais abrangentes territorialmente, mas fundadas em atributos caros à vida em sociedade. Mesmo considerando que a maioria da população fosse pobre, cheia de escravos, ex-camponeses, imigrantes estrangeiros, enfim gente com poucos direitos e muitos deveres.

A emergência de estados democráticos não foi uma tarefa fácil, com suas variações regionais dependendo da força de culturas antigas baseadas em clãs ou na força clerical. Tudo isso ainda é atual, a despeito dos avanços que se desdobraram após a Revolução Americana e a Revolução Francesa no século XVIII. Esses eventos, o terror e a guerra, ainda resultavam das forças renitentes do autoritarismo como cultura, ancoradas no militarismo e/ou na velha aristocracia.

Diante de certas dicotomias teorizadas há tanto tempo, tais como guerra e paz, democracia e ditadura, economia e cultura, é pertinente repensar conceitualmente as chamadas *necessidades básicas*, comumente restritas a uma cesta de bens econômicos, revestindo-as das dimensões da cidadania e da cultura de pertencimento que o *humanismo* celebra. Caberia incluir entre as *necessidades básicas* os direitos elementares, a liberdade civil, a democracia deliberativa¹, enfim, a confiança estendida das pessoas, parentes e familiares até aos vizinhos e comunidades urbanas solidarizadas pela noção de civismo.

¹Ver entre outros: HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, no 36, 1995; WERLE, D. L. Democracia Deliberativa e os Limites da Razão Pública. In: SCHATTAN, V. R. P. C; NOBRE, M. (Org.).

As observações em seqüência têm como pano de fundo apenas a discussão sobre algumas evidências empíricas a favor da inclusão de populações de não naturais/estrangeiros em espaços urbanos. Vale dizer, territórios especiais nos quais a democracia deu seus primeiros passos. Malgrado, a complexidade que interfere nas maiores cidades da atualidade, seja por imposições ditadas pela ordem econômica transnacional, seja por determinadas idiossincrasias identitárias e culturais, seja pelos movimentos que difundem a premissa cosmopolita da igualdade e liberdade como pré-requisitos do desenvolvimento humano, é possível discernir os imigrantes como atores específicos que participam vivamente da dinâmica social e econômica de grandes metrópoles. Caracterizá-los, identificá-los e enumerá-los pode ser metodologicamente um recurso para aferir a maior ou menor presença do ar de liberdade que se respira nessas cidades. Isso pode ser também um indicador de democracia, uma forma de examinar compartimentos intrincados que perpassam a ideia de tolerância e pluralidade.

A CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO NAS GRANDES CIDADES

Há várias décadas estudam-se os impactos causados pelos migrantes nas áreas de destino, já que o senso comum e a voz conservadora das elites e de políticos não veem com bons olhos a “invasão” de suas grandes cidades por hordas de gente pobre, desempregada, não qualificada, desconhecadora dos hábitos e costumes do lugar. Muitos estudos, entretanto, concluem em direção contrária as teses preconceituosas e racistas que alimentam surtos históricos de xenofobia em várias partes do mundo rico.

A maioria dos imigrantes ocupa postos de trabalho mal remunerados nas áreas receptoras, mas gradativamente melhoram sua renda e contribuem para o desenvolvimento das cidades que os recebem. Essa conclusão, discutida em vários trabalhos internacionais, foi objeto de trabalhos conduzidos pelo IPEA no Brasil a partir dos anos de 1970, sob a condução de George Martine. Em 1980, seu texto mais conhecido² resume as questões abordadas no trabalho anterior quando pergunta se os migrantes nas grandes cidades viviam um processo de adaptação exitosa ou de exclusão do mercado de trabalho. Só sobreviviam os mais fortes?

Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2004, v. 1.

² MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? MOURA, Hóelio A. de. *Migração interna* textos selecionados. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza, 1980. (p.949-947)

Suas conclusões ressaltam que os estudos comparativos de subgrupos de migrantes indicavam notável convergência com outros estudos sobre a melhoria das condições de vida do migrante à medida que permaneça mais tempo residindo na área urbana de destino. Contudo, um exame mais meticuloso adverte para pelo menos duas interpretações. A primeira diz respeito a adaptação progressiva do migrante nas áreas de recepção a ponto de equipará-lo com o não-migrante. A segunda sugere a sobrevivência dos mais aptos, ou seja, diante da evasão das levas de migrantes que chegam anualmente às grandes cidades, um filtro seletivo atuaria no mercado de trabalho incorporando os mais capacitados para o trabalho. No caso do imigrante internacional há também filtros seletivos, mas a volta ao país de origem é, evidentemente, muito mais difícil. E isso faz com que o amparo das redes sociais da migração (que articulam países de origem e destino) seja mais necessário.

Vários autores que se debruçaram posteriormente sobre a mesma questão, concluíram que a migração ao longo do tempo, representa de fato um ganho para as atividades econômicas existentes nos lugares de destino e não o contrário, como muitos pensavam até os anos de 1970.

NOVA YORK E A DEMOCRACIA RESULTANTE DA TOLERÂNCIA E DA CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DO IMIGRANTE³

Morador de Nova York e autor de estudos sobre grandes cidades e sobre o multiculturalismo em metrópoles americanas, Suketu Mehta analisa a situação atual da metrópole nova-iorquina. Apesar dos sucessivos momentos de medo e insegurança após o ataque às torres do World Trade Center em 2001, observa que a diversidade demográfica continua predominante na cidade. De cada três moradores dois são imigrantes ou filhos de imigrantes. A tolerância étnica testemunhada por Mehta desde a infância prevalece até hoje, mesmo tendo em conta o fato de Nova York está entre as mais desiguais cidades do mundo como atestam dados recentes. O que explicaria então tanta preferência pela cidade de povos de tantos lugares?

A resposta parece situar-se no âmbito da experiência sociocultural dos habitantes da região. Os imigrantes que chegam sempre encontram apoio de pessoas de sua comunidade de

³ Parte das considerações dos quatro parágrafos subsequentes baseia-se em METHA, Suketu, Cidade Nua. In: *Folha de S. Paulo; caderno Ilustríssima*, 11 set. 2011. (Tradução: Clara Allain).

origem e se ocupam na grande rede de serviços que a cidade oferece: cada um encontra seu lugar, mesmo se forem clandestinos. Nova York, com gente procedente de cerca de 180 países, diferentemente de outros grandes centros urbanos europeus, absorve essa população e depende dela economicamente, como afirma o prefeito Michael Bloomberg. A densa cidade, com mais de oito milhões de habitantes centraliza uma área metropolitana de cerca de 22 milhões de habitantes, possui o condado mais diversificado etnicamente do país, o Quens, onde mais da metade dos habitantes sequer fala inglês, algo sem paralelo nos EUA.

A população imigrante na cidade cresceu 38% no período 1990/2000, a custa principalmente de dominicanos, italianos e mexicanos. Nos últimos anos, os 800 mil novos moradores da metrópole mostram que as taxas de crescimento da imigração voltaram a crescer. Mesmo tendo em conta a desconfiança e medo, ao lado das medidas adotadas de controle e de restrição à imigração, o autor é enfático ao dizer que os imigrantes salvaram a cidade depois do ataque às torres gêmeas em 2001. Deram-lhe vitalidade e impediram-na de tornar-se segregada e despovoada. Investiram nas escolas e nos serviços, rejuvenesceram a população e não abandonaram a cidade como tantos americanos de classe média o fizeram após setembro de 2001. Enfim, nos 10 anos seguintes a cidade é a preferida de todos.

Como isso se explica? Metha sugere que fatores associados a tolerância e os numerosos espaços de pertença existentes na cidade explicam parte da questão. O autor acredita que megacidades como Londres, Nova York, Paris, Sydney, Toronto, entre outras, se inscreveriam em um perfil de metrópoles mais receptivas a imigrantes. Nesse grupo, Nova York seria a joia da coroa.

Os fatos sugerem que formas comportamentais associadas ao exercício da tolerância podem ser valiosas nesse tipo de investigação, que levem em conta, por exemplo: *i*) a alteridade exercida nos milhões de encontros difusos nos bares, praças e residências estimulam a tolerância; *ii*) o pluralismo representado pela grande quantidade de comunidades étnicas (distantes de suas áreas de origem frequentemente mergulhadas em conflitos inter-raciais) também contribuem para uma espécie de cosmopolitismo humanista. Tudo isso, somado cumulativamente ao longo do tempo, deve favorecer a solução de conflitos, mesmo em grandes cidades distantes do paradigma das pequenas cidades-estados da antiga democracia grega.

Parece que megacidades povoadas por grande número de imigrantes provenientes de muitos países do mundo estariam indicando maior ou menor grau de expressões virtuosas de

“democracia territorial”⁴ na vida urbana moderna. Como se situa o Brasil diante dessa perspectiva? As grandes metrópoles do país diferem muito do exemplo de Nova York?

GRANDES METRÓPOLES BRASILEIRAS E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Tanto quanto os EUA, o Brasil é um território onde historicamente a contribuição do imigrante externo foi essencial para a formação da nação e para a subsequente expansão urbano-industrial a partir de fins do séc. XIX. Trata-se de um país de populações mestiças de expressão demográfica notável, mesmo que à custa de acasalamentos forçados ou amistosos de homens brancos europeus com índias e africanas cativas, o que difere da colonização inglesa no Novo Mundo, onde a mistura “inter-racial” foi bem menor. Depois da Independência (1822) a elite brasileira pôs em marcha o projeto eugenista de branqueamento da população brasileira por meio da atração de trabalhadores europeus. A tradição da miscigenação passou a incorporar um número maior de etnias.

Apesar da colonização, monarquia absolutista e militarismo, o Brasil desde os anos de 1950 poderia dispensar a contribuição de mão-de-obra estrangeira. Poderia, inclusive, rejeitar imigrantes estrangeiros dando azos às tendências conservadoras xenófobas do “entre guerras” que alimentaram políticas populacionais baseadas no regime de “cotas”. Entretanto isso não prosperou por diversos motivos, alguns óbvios (proximidade cultural com Europa e EUA), outros ideológicos e humanitários (diante da expansão do comunismo internacional e do formidável aumento de refugiados de guerra na Europa e no resto do mundo) e outros não tão óbvios, já na segunda metade do século XX após o término dos governos militares em 1985 e a aprovação da Constituição de 1988. Embora a migração estrangeira seja também objeto de preocupação dos governos democráticos dos últimos 25 anos, há dados que revelam tendências de aceitação de imigrantes que ultrapassam o sentimento meramente humanitário e, talvez, indiquem uma perspectiva humanista na direção de uma democracia territorial internacional fundada em uma espécie de ecumenismo interétnico.

Pelos dados do Censo 2010 pode-se concluir que o número e origem diversificada de imigrantes externos variam com o tamanho, localização e função urbana das principais regiões metropolitanas (RMs) do país. A RM de São Paulo, por exemplo, recebeu um total de

⁴ MATOS, Ralfo. Notas sobre democracia territorial e espaços urbanos dispersos. In: *Workshopp sobre Cidades Médias Brasileiras*, 2009, CD Rom, p. 1-19.

quase 50 mil imigrantes, originados de 65 nacionalidades distintas quando contabilizados os brasileiros e 52 para aqueles naturais dos países de origem. Para todo o país o número de origens era de 128 e 117, respectivamente. Ainda que o volume de imigrantes com destino a RM do Rio de Janeiro fosse menor (8.625 pessoas), chama atenção a alta diversidade nas origens, que compreendem um total de 55 diferentes países na imigração de brasileiros e 50 para aqueles naturais dos países de origem. Os casos das RMs de Fortaleza e Salvador e o Distrito Federal também confirmam a elevada diversidade migratória, ainda que apresentem valores absolutos menos expressivos⁵.

Tabela 1: Número de Imigrantes e origens internacionais, discriminados por nacionalidade (brasileiros e naturais dos países de origem), conforme Regiões de Metropolitanas em 2010, Migração de Data Fixa - 2005/2010

Regiões Metropolitanas	Nº de imigrantes/naturalidade			Nº de origens/naturalidade		
	Brasileira	da Origem	Outra	Brasileira	da Origem	Outra
Fortaleza	1.670	1.321	80	24	19	54
Salvador	2.214	1.417	260	26	22	8
Rio de Janeiro	8.642	5.251	1.094	55	50	20
São Paulo	25.704	23.738	1.918	65	52	33
Distrito Federal	4.312	1.608	514	30	27	30
Total do Brasil	186.336	83.232	8.893	128	117	81

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra)

É evidente que as maiores regiões metropolitanas do país (São Paulo e Rio de Janeiro) destacam-se em relação às demais RMs do país. O maior tamanho de áreas urbanas constitui um dos fatores que explica o elevado número de imigrantes provenientes de uma maior diversidade de países ao lado da larga tradição histórica de imigração estrangeira. O fatores distância e a localização também interferem na preferência dos imigrantes entre uma ou outra metrópole, bem como a importância dos países integrantes do Mercosul.

⁵ Como mostraram Matos e Lobo (2011), em ordem decrescente, essas metrópoles ostentavam os seguintes totais relativos a imigrantes nascidos fora do Brasil: a RM de São Paulo (RMSP), 13.599 imigrantes naturais de mais de 66 países; a RM do Rio de Janeiro (RMRJ), 5.962 imigrantes nascidos em mais de 44 países; o Distrito Federal, 1.372 imigrantes nascidos em mais de 38 países; a Região Metropolitana de Salvador, 891 imigrantes naturais de cerca de 30 países; a Região Metropolitana de Fortaleza, com 449 estrangeiros naturais de mais de 18 países.

Em relação às nacionalidades dos imigrantes que se encaminharam para as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo tendo em vista a hostilidade “relativa” aos migrantes que existe em cada uma delas, os dados (Tabela 2) deixam explícitas as diferenças entre as duas metrópoles e permitem extrair as seguintes conclusões, se recortadas as principais nacionalidade de origem: *i*) na população de imigrantes da RMSP, a maioria dos fluxos refere-se a países integrantes de quatro continentes, com predominância para os países americanos, onde sobressaem os fluxos procedentes dos seguintes países: Bolívia, Japão, Estados Unidos, Paraguai, China, Reino Unido, Argentina, Portugal, França, Espanha, Peru e República da Coreia (todos com mais de mil imigrantes); no caso da RMRJ, a exceção dos fluxos originados nos Estados Unidos (superior a 5 mil imigrantes), chama atenção a alta participação da imigração dos países europeus, com destaque para Portugal *ii*) A prevalência geral da migração de brasileiros (com destaque para as origens procedentes dos Estados Unidos e Japão), ainda que no caso da Região Metropolitana de São Paulo a participação dos retornados ao país não ultrapassa os 52% . Em alguns casos, contrário a essa tendência geral, sobressaem os imigrantes naturais dos países de origem, como acontece com boa parte dos países sulamericanos, a exemplo da Bolívia (77,49%), do Paraguai (76,00%), Argentina (58,58%), Peru (87,13%) – que compreendem volumes maiores.

É também notório que imigrantes da China e Japão destacam-se muito na RMSP e muito pouco na RMRJ. A explicação parece indicar a forte inserção desses imigrantes no ramo do comércio e serviços e no setor empresarial. Além disso, na RMSP os sul-americanos são proporcionalmente muito numerosos; principalmente bolivianos e argentinos. Nesse caso, o fator “distância” e as oportunidades econômicas existentes na metrópole falam mais alto como explicação. Assim como no Rio, na RM de São Paulo, os europeus se destacam, notadamente os franceses e portugueses, mas entre os africanos, diferentemente do Rio, é menor participação relativa no total. Na RM do Rio de Janeiro são muito significativos os sul-americanos e europeus, a maior parte deles ocupados no comércio e serviços, e africanos (sobretudo angolanos).

Tabela 2: Número e percentual de imigrantes internacionais, residentes nas RMs do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme naturalidade (brasileiros e naturalidade do país de origem), migração de data fixa 2005/2010

RM do Rio de Janeiro					RM de São Paulo				
Origens Internacionais	Naturalidade				Origens Internacionais	Naturalidade			
	brasileira		da origem			brasileira		da origem	
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%
Estados Unidos	2.487	82,74	519	17,26	Bolívia	2.555	22,51	8.796	77,49
Portugal	766	73,59	275	26,41	Japão	7.364	83,78	1.426	16,22
França	502	62,36	303	37,64	Estados Unidos	4.330	82,28	932	17,72
Itália	316	43,64	408	56,36	Paraguai	547	24,00	1.731	76,00
Angola	207	29,75	488	70,25	China	288	15,32	1.592	84,68
Reino Unido	492	73,44	178	26,56	Reino Unido	1.684	91,51	156	8,49
Alemanha	419	66,57	210	33,43	Argentina	649	41,42	917	58,58
Colômbia	282	45,26	341	54,74	Portugal	738	47,30	822	52,70
Espanha	424	69,00	190	31,00	França	869	57,77	635	42,23
Argentina	211	44,12	267	55,88	Espanha	1.192	80,67	286	19,33
Japão	382	92,62	30	7,38	Peru	183	12,87	1.237	87,13
China	76	26,65	210	73,35	República da Coreia	23	1,75	1.293	98,25
Venezuela	97	36,34	170	63,66	Itália	827	75,62	267	24,38
Bolívia	93	39,04	145	60,96	Chile	436	59,43	297	40,57
Chile	24	12,04	174	87,96	Alemanha	531	77,38	155	22,62
Canadá	156	86,95	23	13,05	México	115	20,30	450	79,70
México	42	25,72	121	74,28	Líbano	178	32,66	367	67,34
Paraguai	69	58,72	49	41,28	Equador	130	27,69	341	72,31
					Canadá	419	97,43	11	2,57
					Colômbia	59	19,55	241	80,45
					Venezuela	68	27,78	178	72,22
					Angola	107	48,50	114	51,50
					Holanda	144	64,27	80	35,73
					Nigéria	42	16,91	204	83,09
					Uruguai	145	64,96	78	35,04
					Costa rica	197	100,00	0	0,00
					Suíça	182	100,00	0	0,00
					Nova Zelândia	139	74,83	47	25,17
					Áustria	91	58,57	64	41,43
					Rússia	86	81,68	19	18,32
					Cuba	24	19,05	102	80,95
					Israel	0	0,00	121	100,00
					Bélgica	40	35,45	73	64,55
Demais Origens	1.597	58,17	1.148	41,83	Demais Origens	1.326	65,27	706	34,73
TOTAL	8.642	62,20	5.251	37,80	TOTAL	25.704	51,99	23.738	48,01

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra). Obs.: São excluídas as origens com fluxo inferior a 100 migrantes.

Os diferenciais por renda, como *proxi* das condições de vida, auxiliam a caracterização dos imigrantes tendo em conta a origem e o tipo de trabalho que encontram nas duas maiores

metrópoles do país⁶. Uma conclusão muito explícita diz respeito a maior proporção dos que declararam renda entre os imigrantes naturais de regiões com as quais o Brasil mantém relações de intercâmbio internacional há muito tempo, como Europa e EUA⁷. Por outro lado, parece não haver grandes diferenças quando comparados os resultados para as duas Regiões Metropolitanas. As diferenças tornam-se mais expressivas quando comparadas as nacionalidades e as naturalidades.

Entre as nacionalidades com os níveis mais baixos de renda destacam-se os bolivianos e brasileiros retornados procedentes da Bolívia, cujas médias de renda daqueles que residiam na RM de São Paulo eram de menos de dois salários mínimos (sm) em média (de 1,23 sm para os bolivianos e 1,28 sm para os brasileiros), como descrito na Tabela 3. Os procedentes do Japão, numerosos na Região Metropolitana de São Paulo, não apresentam médias de renda substancialmente elevadas (atinge o pico de 4,62 sm para os casos dos naturais do Japão). Em condição diferenciada podem ser destacados os imigrantes com origem nos Estados Unidos, residentes na RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, tanto brasileiros retornados, como os estadunidenses (a exceção dos brasileiros residentes na RMRJ, em todos os casos a média de renda era superior a dez sm). Contudo, em se tratando de trabalhadores notoriamente de pior nível de remuneração (africanos e sul-americanos), convém observar que do total 488 africanos angolanos que residiam na RMRJ a média de renda não atingia um sm, o que indica um elevado percentual de não ocupados (sem renda).⁸

⁶ Conforme dados do Censo Demográfico de 2000, na RMSP perto de 1/2 dos imigrantes internacionais (52,19%) não estavam entre os que declararam ocupação e renda na última semana da data do Censo, enquanto na RMSP essa proporção chega perto dos 2/3 (61,58%). Essa diferença sugere pelo menos três respostas: *i*) é natural que parte da população imigrante não esteja ainda incorporada no mercado de trabalho ou ainda esteja em busca de trabalho fixo na semana anterior ao censo (talvez até 20% do total de imigrantes); *ii*) parte dos imigrantes é composta por crianças, cônjuges e idosos que não auferem renda e vieram acompanhando os adultos efetivamente ocupados (talvez 30% do total); *iii*) parte dos imigrantes são trabalhadores ilegais (clandestinos e indocumentados) cuja ocupação é omitida por diversas razões, embora a nacionalidade seja declarada nos levantamentos censitários (MATOS e LOBO, 2011).

⁷ Essa última evidência reforça uma conclusão mais específica derivada do que denominamos seletividade pela origem. Por exemplo, entre os “trabalhadores dos serviços e do comércio” as remunerações médias variam, em ordem decrescente, das seguintes origens: EUA, Europa, Ásia (especialmente chineses). Com rendimentos bem menores aparecem em sequência os americanos do sul e africanos. Já entre o conjunto de “trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”, ocupação de menor remuneração que a classe anterior (média de 3,49 s. m.), a presença dos imigrantes nascidos na América do Sul é quase exclusiva (MATOS e LOBO, 2011).

⁸ De acordo com Matos e Lobo (2011), do total de 819 africanos que chegaram ao Rio entre 1995 e 2000, apenas 200 (24% do total) declararam renda e ocupação. Já entre os 1.591 sul-americanos que chegaram ao Rio no mesmo período essa proporção é muito maior (42,9%): 682 pessoas declararam renda e ocupação. A probabilidade que haja mais clandestinos e indocumentados entre os africanos deve ser bem maior do que entre os sul americanos. Os dados da RMSP mostram conclusão similar: entre os nascidos na América do Sul que chegaram entre 1995 e 2000, 54,5% declararam ocupação e renda na semana anterior ao Censo, já entre os nascidos na África (onde os angolanos predominam) apenas 39,5% declararam ocupação e renda.

Tabela 3: Renda média, em salários mínimos (sm) dos imigrantes internacionais, residentes nas RMs do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme naturalidade (brasileiros e naturalidade do país de origem), migração de data fixa 2005/2010

RM do Rio de Janeiro			RM de São Paulo		
Origens Internacionais	Naturalidade		Origens Internacionais	Naturalidade	
	brasileira	da origem		brasileira	da origem
Estados Unidos	9,09	41,03	Bolívia	1,82	1,28
Portugal	5,38	17,33	Japão	23,53	2,12
França	11,10	8,76	Estados Unidos	41,03	13,92
Itália	6,73	5,15	Paraguai	1,69	0,82
Angola	22,79	0,47	China	5,12	2,33
Reino Unido	8,02	0,66	Reino Unido	0,66	7,71
Alemanha	6,30	6,12	Argentina	2,03	9,45
Colômbia	2,09	8,12	Portugal	17,33	6,40
Espanha	6,99	65,23	França	8,76	8,33
Argentina	7,06	2,03	Espanha	65,23	6,85
Japão	2,38	23,53	Peru	2,47	3,06
China	0,47	5,12	República da Coreia	3,53	1,96
Venezuela	0,58	6,95	Itália	5,15	5,13
Bolívia	4,15	1,82	Chile	1,69	6,13
Chile	1,18	1,69	Alemanha	6,12	14,22
Canadá	4,11	0,00	México	9,23	11,63
México	16,12	9,23	Líbano	0,00	1,05
Paraguai	1,53	1,69	Equador	0,50	6,78
			Canadá	0,00	10,07
			Colômbia	8,12	10,40
			Venezuela	6,95	19,51
			Angola	0,47	5,17
			Holanda	16,30	11,41
			Nigéria	0,00	0,00
			Uruguai	0,00	2,54
			Costa Rica	0,00	51,66
			Suíça	2,94	5,89
			Nova Zelândia	0,00	15,91
			Áustria	0,00	0,00
			Rússia	7,15	0,98
			Cuba	0,80	2,06
			Israel	0,00	0,00
			Bélgica	0,00	5,88
Média Geral	7,90	6,34	Média Geral	8,65	6,48

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra). Obs.: São excluídas as origens com fluxo inferior a 100 migrantes.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até hoje, milhões de pessoas ainda são forçadas a migrar por uma série de fatores mais ou menos bem conhecidos, tais como: guerras longas e sangrentos conflitos étnicos; perseguições políticas e religiosas; crises econômicas e estagnação de longa duração; grandes desequilíbrios ecológicos e comprometimento da lavoura e pecuária; ditaduras e governos autoritários que sufocam a liberdade de escolha da população; corrupção generalizada e ausência de empregos para os não apaniguados do poder.

Algumas grandes cidades funcionam como uma espécie de âncora para os imigrantes internacionais. Dados indicam que cidades de grande tamanho oferecem maiores oportunidades de sobrevivência a esses migrantes, embora não se trate de uma dedução simples, uma vez que existem esferas jurisdicionais nas quais a soberania dos Estados e a xenofobia podem colidir com o interesse puramente econômico de se explorar um tipo de mão de obra que procura sobreviver a qualquer custo, mesmo na clandestinidade e sob a ausência de direitos elementares.

Contudo, mesmo se tratando de uma cidade mundial no capitalismo globalizado, Nova York estabelece um paradigma nessa discussão ao indicar que não é estritamente o fator econômico que explica a preferência dos imigrantes internacionais ao procura-la como pouso seguro. Metha nos faz pensar na importância de fatores extra econômicos que estruturam a vida de comunidades interétnicas apoiadas por redes sociais migratórias e pela alteridade, pluralismo e tolerância que “pairam” no ar de uma grande metrópole onde as desigualdades econômicas permanecem altas.

Esse artigo sugere que a expansão da aceitação do outro seja um indicador de democracia direta, algo similar ao que denominamos expressões virtuosas de “democracia territorial” na vida urbana atual. A expansão da democracia formal auxilia, sim, no combate à pobreza e na redução das desigualdades econômicas, mas não é suficientemente capaz de vencer dificuldades sistêmicas geradoras de novos pobres no atual capitalismo financeiro globalizado.

Contudo, a maior ou menor receptividade do imigrante internacional pode ser vista como um indicador não convencional de democracia. Afinal evidências históricas e contemporâneas retratam as grandes cidades como territórios nos quais a pluralidade e a

tolerância são mais substantivas, a despeito dos interesses econômicos que permeiam a exploração da mão de obra migrante.

No Brasil, os dados amostrais do Censo 2010 permitem estabelecer conclusões que convergem em certa medida, com essa assertiva se pensarmos em São Paulo e Rio de Janeiro. Nas duas maiores metrópoles brasileiras, ao que tudo indica, imigrantes legais provenientes de países com uma longa história de desenvolvimento econômico estão mais habilitados a usufruir de ocupações de altas remunerações. Contudo, há também entre essas nacionalidades de origem uma expressiva quantidade de trabalhadores de menor renda (aferidos por histogramas e desvio padrão aqui não apresentados). Tais rendimentos, entretanto, se situam muito acima da renda média dos imigrantes pobres que vieram da África e América do Sul. As principais conclusões da análise dos dados ressaltam que:

- maior tamanho urbano-demográfico constitui um fator explicativo da elevada presença de imigrantes internacionais nascidos em um número maior de países. A forte disparidade entre os números das RMs de São Paulo e Rio de Janeiro sinaliza para um grau maior de receptividade de imigrantes na RMSP;
- o fator “distância” e oportunidades econômicas explicam a presença majoritária de imigrantes internacionais naturais da América do Sul nas duas RMs;
- sucessivas gerações de imigrantes estrangeiros estruturam correntes e contracorrentes migratórias identificadas em parte dos dados censitários, o que define preferências por determinados destinos de acordo com as nacionalidades de origem;
- a discriminação intercontinental dos imigrantes estrangeiros indica que a *seletividade pela origem* atua nas condições de vida dessas subpopulações. Os provenientes de África e América do Sul são mais pobres e menos ocupados no mercado de trabalho das RMs de São Paulo e Rio;
- Os imigrantes indocumentados e clandestinos parecem ser relativamente numerosos e boa parte não auferem renda resultante do trabalho formal.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- BAGANHA, Maria Ioannis. A cada sul o seu norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo. Cortez. 2005
- BELLI, Benoni. *A politização dos direitos humanos*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2009

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Editora Campos, Rio de Janeiro, 2004
- CANOTILHO, Joaquim Gomes (Org.). *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*. Oeiras, Celta Editora, 2000, 287 p.
- CASTRO, MaryGarcia. Migrações internacionais e direitos humanos e o aporte do reconhecimento. In: *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, DF, v.16, n.31, p.7-36, dez. 2008
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, no 36, 1995
- MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? MOURA, H0élio A. de. *Migração interna textos selecionados*. Banco do Nordeste do Brasil : Fortaleza, 1980. (p.949-947)
- MATOS, Ralfo. Notas sobre democracia territorial e espaços urbanos dispersos. In: *Workshopp sobre Cidades Médias Brasileiras*, 2009, CD Rom, p. 1-19.
- MATOS, Ralfo e LOBO, Carlos. Migração como indicador de democracia, sobrevivência econômica e necessidades básicas especiais. *REMHU* n. 38 - jan./jun. – 2012 (no prelo).
- MENDES, Maria Manuela. Resenha de Livro. In: *Análise Social*. N. 167, Volume XXXVIII, 2003. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/> (22/09/2011).
- METHA, Suketu, Cidade Nua. In: *Folha de S. Paulo; caderno Ilustríssima*, 11 set. 2011. (Tradução: Clara Allain).
- WERLE, D. L. Democracia Deliberativa e os Limites da Razão Pública. In: SCHATTAN, V. R. P. C; NOBRE, M. (Org.). *Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004, v. 1.